

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

SER AUTARCA

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos
da Academia das Ciências de Lisboa
Presidente do Conselho Geral
da Universidade Técnica de Lisboa

Este livro, da autoria de Sidónio Pardal e José Poças Esteves, cuja autoridade científica e profissional não necessita ser lembrada, aparece numa data em que, por coincidência ou intenções, é um serviço de mérito prestado ao conhecimento e ao país. Sublinho isto, porque anda esquecido o ensinamento antigo de que o ato de governar tem duas componentes, o *saber desinteressado*, que é de quem estuda, e o poder *de decidir* que é de quem governa. O municipalismo é um valor da identidade portuguesa que, como todos esses valores, deve a séculos de vivência a sua definição, mas acontece agora uma mutação radical. Não dispensa esta a atenção ao saber do passado, mas não resisto a citar nesta apresentação, uma das ideias – forças de Mouzinho da Silveira, que foi definida deste modo: “a independência do Brasil (1822) um acontecimento ainda mais fértil em consequências, do que foi a descoberta...”, leva-o à conclusão de que “é sabido que Portugal precisa de realizar trabalho e “meios de vida que tinha

nas colónias”. Como diria o Padre Vieira, Silveira fez o seu dever, e a Pátria o que é costume, mas nesta data a afirmação tem de novo cabimento porque o país precisou sempre de apoio externo (a Santa Sé, as colónias, e agora a Europa), e a Europa está atingida por igual necessidade. Acontece que à experiência passada apareceu um Cisne Negro, que é o globalismo sem regulação, e que os doutrinadores do fim da história (Fukuyama) estão a rever as suas conclusões utópicas, e na procura de teorizar a origem e desenvolvimento dos poderes políticos, parecendo ganhar relevo a espontaneidade das comunidades e não a tese do homem lobo do homem. Tais comunidades, que todas têm como traço comum a *vizinhança*, começou na própria Europa a dar sinais de que o Cisne Negro está em ação, com a primeira expressão na criação da Comissão (consultiva) da Comunidade da União Europeia: o facto é que, na linha Theihardiana, à medida que a unidade (agora globalismo) cresce, e, portanto, a Europa ganha unidade, agora crise, as células autonomizam-se, e o exemplo está à vista na Espanha, na Bélgica, no Reino Unido, e assim por diante. Entre nós, a célula base é felizmente o Município, com formas plurais ao longo da história, e muito em breve o eleitorado vai ser chamado a pronunciar-se: o estudo está à disposição desse eleitorado. E começa por um excelente capítulo que é a construção do *tipo normativo* do autarca, uma teoria que já andou pelos manuais universitários e agora parece mais necessária: isto porque a mais importante

qualidade do autarca é a *autoridade*, não o poder obtido pela eleição, e aquela consagra no caso o valor de *proximidade*, e por isso a *legitimidade de exercício* está sempre em exame. Vejamos a questão do eleitorado.

As democracias ocidentais, tendo como modelos de referência os EUA e a França, imaginaram que um dos serviços prestados ao globo, durante a proeminência ocidental, era o seu paradigma constitucional, com a definição essencial do eleitorado. O conceito formal teve indiscutível projeção ao redor da terra, o qualificante foi exibido como credencial, mas o conteúdo, e a prática correspondente, afastaram-se consideravelmente dos modelos. Este facto é todos os dias lamentado, sobretudo quando o direito-dever de intervenção chama ao exercício da gendarmerie prevista pelos acordos internacionais, mas até esta intervenção é suscetível de claro descrédito, acusada de forma de exercício interessado das potências. Porque nesse mundo que foi chamado terceiro mundo pelas antigas potências que se proclamavam em missão civilizadora, a degradação do conteúdo do conceito foi durante anos agravado pela contaminação do que tecnicamente se chamou o Estado Espetáculo, uma designação que pretendeu certamente manter o brilho dos procedimentos, mas não conseguiu assegurar-lhe a respeitabilidade. A razão, ou mais propriamente a razoabilidade, não foi o paradigma da prática profissionalizada por especialistas

disputados, os custos avultaram em proporção ao crédito das agências especializadas, os eleitores habituaram-se ao espetáculo, mas o procedimento que se guiou pelas regras da *mise-en-scene* e da *prise-en-charge* passou de moda e de frequentadores, talvez com alguma relação com a crise financeira que diminui a atenção dos públicos afetados pelos custos. Tornou-se mais global a prática de não aceitar os resultados proclamados das eleições, com os recursos habituais para as instâncias jurídicas competentes. Uma das consequências, recentemente posta em evidência por Guy Hermet, é que a vontade popular deixa de ser indiscutida como regra, e que, nos casos em que a arbitragem das dúvidas, sobretudo no antigo terceiro mundo, não é entregue ao modelo medieval do duelo, agora mais danoso, acaba por ser a intervenção das ainda chamadas grandes potências, da ONU, dos EUA, da União Europeia, que decide a vitória, dando ao anúncio a forma mais diplomática possível. Tem custos, sobretudo no mundo que deixou de ser colonizado pelos ocidentais, esta degradação do modelo que em todo o caso, na referência ocidental, é, como foi dito, o melhor entre todos os diferentes que se conhecem. Mas isso não impede que os movimentos eleitorais, nos seus modelos mais dominantes, também entre os ocidentais estejam a perder a respeitabilidade. A crise financeira e económica tem seguramente um papel relevante nesta situação, considerando, apenas por ser a circunstância mais visível, a diferença entre os programas da propaganda e

a execução limitada pelos recursos, nem sempre licitamente delapidados pelo Estado. Não pode ignorar-se que o social desafia crescentemente o poder político, e que a circunstância internacional não deixa reinar a confiança entre todos eles. Não existem criatividades financeiras que garantam a confiança, sem a qual os limites da vida pacífica deixam de ser mantidos. Sobretudo quando a humilhação acompanha as dificuldades não apenas dos cidadãos e das famílias despojadas de recursos, mas tendo acrescido a humilhação de valores nacionais que se consideravam sagrados. E não é legítimo considerar isso como manifestação de nacionalismo agressivo, uma prática que poucos Estados estão habilitados a exercer com êxito. Tem que ver com a dignidade dos povos, talvez menos humilhados pelas guerras perdidas como no passado, mas sobretudo remetidos para a submissão burocrática de poderes que de regra não conhecem, e que quando conhecem, não lhes reconhecem legitimidade. Este é um perigo que a Europa, incluindo os europeus, já conheceram mais de uma vez. Designadamente no século passado, tão próximo, que não deu tempo para esquecer. Ora o valor da *proximidade* não tem que ser atingido pela exclusividade efetiva de os partidos escolherem os candidatos, uma com a tentativa de criar curadores para o municipalismo financeiro, como se a péssima gestão, e a corrupção, fossem defeitos privativos da gestão local, e não fosse no Estado que se revelam os mais inquietantes exemplos, ou de vigilância (Banco

de Portugal), ou de execução, ou de clientelismo. O que é necessário, de acordo com a experiência passada, é salvaguardar – pelo civismo – o valor da vizinhança confiável, e também, outra lição do livro, o *municipalismo social*, tão ativo na crise atual. Pelo que é de impedir a prática de transferir para os habitantes o custo do endividamento causado pelo novo riquismo ideológico do passado próximo, por exemplo com o expropriante *imi* que seguramente vai atenuar a participação do Orçamento estadual nas finanças locais.

Acrescente-se entre os serviços que o livro presta, a meditação sobre a função do autarca num tempo de mudança. O globalismo, implicou já a disfunção entre a relação de *sociedade civil* com os governos, e destes com a circunstância internacional, o que implica que a célula autárquica sofre a influência das relações transfronteiriças, e as consequências acumuladas das disfunções das três forças referidas. Reduzidos os recursos, sofrendo a implosão demográfica, não apenas a da mão de obra não qualificada que emigrava, mas enviava recursos, mas sim a dos *mais qualificados* que vão servir o progresso alheio, a sua rede de ação intrainstitucional, dentro e fora de Portugal, tem de ser reforçada, considerando este fenómeno novo: a criação de *áreas de trabalho* transfronteiriças que o poder central tem de considerar na sua gestão. O cuidado com estas mudanças inevitáveis – redução de recursos, implosão demográfica,

internacionalização, áreas de trabalho transfronteiriças, extinção de serviços do Estado social incluindo o ensino e a saúde, recebe no livro a ajuda da enumeração das questões estratégicas desafiantes das autarquias do século XXI, que não podem ser eficazmente apoiadas por um Estado *exógeno*, obviamente *exíguo*, e finalmente em situação de *protetorado*. Lembro-me de, na minha pobre aldeia transmontana de Grijó ainda ter assistido aos *conselhos da aldeia*, convocados e atendidos pelos homens válidos, para resolver problemas de que o Estado nem tomou conhecimento. É esta vontade que não deve ser afetada e a exaustiva enumeração do notável estudo que nos é oferecido é um excelente alerta para os que julgam que a ideologia orçamental é a melhor sucessora do neoriquismo do passado próximo. Acrescentarei um parágrafo do livro: “*A cultura é o acto permanente de interpelação ao sentido do ser e do estar no mundo que nos envolve, é o produto da vontade e do esforço de conhecer, de reflectir e de colher experiências que se acrescentam à vida, valorizando-a. A cultura, por definição ou por princípio, convive mal com o poder instituído e activo, devendo ambos manter e respeitar independências e distâncias e mesmo aceitar que um dos desígnios da cultura é o de ser um contrapoder.*”

E finalmente uma rápida avaliação do ambiente em que o notável trabalho, de que nos ocupamos, aparece.

As duas guerras mundiais, que devastaram a Europa numa escala desproporcionada, foi cada uma delas seguida de uma espécie de nova belle époque, a preencher o intervalo entre calamidades. Entre as mudanças sociais decorrentes da primeira, a libertação das mulheres aparece como um facto dos costumes e dos valores. Foi geralmente atribuída essa mudança às funções que inevitavelmente foram chamados a exercer, vista a mobilização dos homens pelos exércitos e urgência de mão de obra, e do aprender a fazer, na retaguarda. As oficinas, o campo, a casa, os hospitais, e assim por diante, encheram-se de uma criatividade feminina que, para facilitar a movimentação, e como foi observado, cortaram o cabelo e encurtaram as saias. Uma nova atitude em relação às ascendentes que tinham sido viúvas de homens vivos que partiram para as tarefas do Estado nas lonjuras a descobrir, ou para onde o mercado de trabalho permitisse aos homens que emigraram que enviassem as remessas com que sustentavam a família que ficava e equilibravam a balança de pagamentos estaduais. A crise de 1929, que antecedeu como anuncio a guerra seguinte, e que, como agora, teve causa relevante nos EUA, foi também caracterizada por uma explosão sem regra que não fosse a eficácia do enriquecimento especulativo. A crise do comércio, o desemprego, o desespero, as tragédias, multiplicaram-se, com suicídios de grandes interventores no mercado. Foi neste

ambiente que Steinbeck, agora lembrado, escreveu *As Vinhas da Ira*, e que John Maynard Keynes publicou a *Teoria Geral*. Felizmente para os EUA, o Presidente Roosevelt, que evidentemente escutava os economistas, sabia que esta não dispensava, antes necessitava do estadista que, no caso, criou um conceito estratégico, o New Deal, assumido com essa natureza, porque, disse, tinha um encontro com um desafio de história (Barreau e Bigot). A pergunta que a memória anda a suscitar é se as Vinhas da Ira, que corresponderam literalmente ao levantamento da circunstância social, não voltarão a ser uma leitura útil para quem governa em tempos de crise, atraindo-os para a realidade e não apenas para as proposições auxiliares dos analistas técnicos, acontecendo que Roosevelt nunca conheceu pessoalmente Keynes. Na situação gravíssima da Europa, sobretudo a pobre, não faltam já páginas de novas Vinhas da Ira escritas por quem vive as circunstâncias reais da população, diferentes em cada comunidade, mas que são desconhecidas pelos qualificados técnicos que percorrem, decidindo, sobre os povos que não conhecem. Isso não os impede de convictamente opinarem com decisão sobre a reforma de cada Estado, ou refundação do Estado, seja isso o que for, porque o consequencialismo visível, que envolve todos os outros, é o afundamento progressivo do Estado, da qualidade de vida, e das esperanças de futuro. Alguma modéstia académica, e a leitura das Vinhas da Ira que vai sendo escrita, ou discursada, alguns dos

excelentes cientistas que temos e não emigraram, talvez pudessem enriquecer o processo de decisão, e sem dúvida diminuindo os custos da administração paralela. As intervenções que constantemente fazem, tornando públicas as suas advertências e conselhos, correspondem a um ensino antigo, segundo o qual o ato de governar exige a coordenação da escuta do conselho com a responsabilidade de decidir. A ordem e serenidade das vítimas dos erros da política de novo-riquismo demonstram que o civismo é um valor que resiste à quebra do valor da confiança na governança que lavra por todo o ocidente. É seguramente mais inquietante que pareça necessário afirmar que os responsáveis pela ordem garantem a governança, isto é, o civismo da população de que aquela depende, do que manter a certeza de contar com a boa ordem porque o valor da confiança no futuro não foi afetado pelo enfraquecimento da legitimidade do exercício. Recentes eleições num país mais afetado pela crise, que é a Itália, demonstram que é a falta de esperança na legitimidade do exercício dos eleitos que já afeta o regime, visto pelos outros países. Este livro é um excelente contributo para que seja a união do saber, do civismo, e do poder de governar, o alicerce da reconstrução.

Grémio Literário

01/03/2013